

ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E CUIDADO: UMA TRAJETÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Yamira R. S. Barbosa¹ e Débora F. Lerrer²

RESUMO

O artigo descreve a trajetória das mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o contexto e os fatores que favoreceram o surgimento de um movimento de mulheres agricultoras nos anos 1980. A pesquisa se baseou na análise de documentos, revisão bibliográfica, método de observação participante e entrevistas semiestruturadas com suas fundadoras. O trabalho descreve o percurso pelo qual passaram para obterem reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e acesso a direitos, aponta como surgiu o MMC e seu atual projeto de agricultura camponesa e feminista em que o “cuidado” tornou-se um valor fundamental. Palavras-chave: Movimentos De Mulheres; Campesinato; Feminismos.

ORGANIZATION, WORK AND CARE: A TRAJECTORY OF PEASANT WOMEN OF WEST OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

The article describes the trajectory of the women who founded the Movement of Peasant Women (MMC), the context and the factors that favoured the emergence of a women farmer's movement in the 1980s. The research was based on document analysis, bibliographic review, method of participant observation and semi-structured interviews with their founders. The paper describes the path they have gone through to gain recognition as rural workers and access to rights, points out how the MMC and its current peasant and feminist agriculture project emerged in which “care” has become a core value.

Key words: Women Movements; Peasantry; Feminisms.

¹ Engenheira Agrônoma e Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: yamira.rodrigues@gmail.com.

² Professora e Pesquisadora do CPDA/UFRRJ. E-mail: Débora.lerrer.cpda@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a trajetória das mulheres que fundaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), oriundas do Oeste Catarinense. Inicialmente, são abordados aspectos relacionados ao campesinato na região e alguns reflexos da modernização do campo. A seguir, apresenta-se o contexto e os fatores envolvidos no surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1983, e o percurso para obterem reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e acesso a direitos. Por fim, aponta-se o contexto de surgimento do MMC e alguns aspectos relacionados ao projeto de agricultura camponesa e feminista que ele vem construindo. A pesquisa que originou o artigo baseou-se na análise de documentos e revisão bibliográfica, no método de observação participante e na realização de dez entrevistas semiestruturadas com mulheres lideranças³ do MMC/SC, residentes nos municípios de Chapecó, Marema e Palmitos, no Oeste de Santa Catarina.

1. O CAMPESINATO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

No começo do século XX a região Oeste Catarinense passou a atrair camponeses gaúchos, descendentes de imigrantes europeus (Rossetto, 1989; Vicenzi, 2006), o que só foi possível depois que a área foi “limpa” dos caboclos e indígenas que habitavam a região (Rossetto, 1989).

As mulheres que fizeram parte da pesquisa são provenientes de famílias do Rio Grande do Sul ou nascidas nesta província e que migraram para o Oeste Catarinense até meados do século XX. Quanto à origem étnica, percebe-se também a presença de camponeses/as de origem cabocla na região, o que evidencia brechas que rompem com a linearidade e homogeneidade própria às construções históricas oficiais, as quais frisam a presença de colonos eurobrasileiros, sobretudo de descendência italiana e alemã.

Esse é o caso de uma das famílias de duas mulheres da pesquisa, cujo avô materno foi um tropeiro gaúcho de origem cabocla que se instalou por volta de 1917 na região, fundando a localidade hoje conhecida como Linha “Faxinal dos Rosas”. Uma delas, Maria⁴, conta que se casou com um descendente de italianos, com quem teve cinco filhos, apesar da resistência inicial do pai. Segundo Poli (2006), os imigrantes eram chamados pejorativamente de “gringos” pelos brasileiros, termo que se tornou sinônimo de descendente de italianos/as, embora a palavra não pejorativa usada para se referir a eles é “de origem”. A demarcação de uma identidade considerada superior à dos caboclos (Vicenzi, 2006) pode ser um dos fatores envolvidos na resistência inicial à miscigenação étnica.

Havia nos grupos de ítalo-brasileiros uma narrativa de exaltação ao trabalho e à acumulação que pode ter facilitado a entrada do capitalismo no campo nesta região (Vicenzi, 2006). Até os anos 1950, Chapecó era um vilarejo voltado para exploração e comercialização de madeira, agricultura e pequeno comércio. Com a modernização agrícola, ocorrida, a partir dos anos 1970, foram instaladas novas indústrias em Chapecó, como a Sadia Avícola S.A, inaugurando o sistema de integração para criação de aves e suínos que alterou as relações entre produtores e indústria (Paim, 2006).

A fábrica da antiga empresa Sadia⁵, em Chapecó, foi instalada a cerca de 5 km da Linha Faxinal dos Rosas, o que gerou grande incentivo para que os agricultores da localidade ingres-

³ Apenas uma das dez mulheres que participaram da pesquisa não é liderança. As mulheres são em sua maioria casadas e possuíam, à época da pesquisa, faixa etária compreendida entre 29 e 69 anos.

⁴O nome desta e de outras lideranças do MMC entrevistadas para este trabalho são fictícios.

assem no novo sistema de produção, já que a proximidade diminuía os custos da empresa com transporte. Para os/as agricultores/as, um dos motivos para aderir ao sistema era a possibilidade de aproveitamento dos excrementos gerados com a criação dos animais confinados, de forma a melhorar a fertilidade das terras, como relembra Pilar, cuja família se integrou à empresa no ano de 1972⁶, criando perus e porcos. O banco financiava os recursos para a construção dos aviários, pagos em parcelas semestrais durante aproximadamente dez anos, e a empresa fornecia assistência técnica. O trabalho no aviário era intenso, realizado de forma manual (hoje boa parte dos processos é automatizada), e o sistema demandava investimento contínuo para adequação às normas de produção, as quais deveriam ser cumpridas rigorosamente.

Apesar da intensidade do trabalho nos aviários, a vantagem é que era realizado na sombra e no início o lucro era bom; a família de Silvia, residente na Linha Simonetto, chegou a ter cinco aviários, sendo o primeiro instalado em 1979. Embora muitas famílias da região Oeste tenham aderido ao sistema, há casos de resistência, como é o caso de Nara, do município de Palmitos, que critica o impedimento das empresas na criação de raças de porcos pretos, fato que, para ela, demonstrava que a integração era também um projeto de viés racista⁷.

Processos, relações de trabalho e padrões de alimentação das famílias se modificaram a partir da industrialização da agricultura na região. Com os aviários, elas eram proibidas de criarem galinhas caipiras, as quais poderiam transmitir doenças às aves confinadas, fazendo com que as famílias integradas tivessem que comprar ovos e carne de frango.

O acesso ao arroz industrializado, que também passou a ser incorporado na alimentação destas famílias, contribuiu para o abandono do plantio de arroz “pro gasto”, segundo Silvia. A substituição simbolizava um “trabalho a menos” para ela, já que houve um período em que era a responsável por todo o serviço doméstico, da roça e do aviário, pois seu marido estava trabalhando fora da propriedade. Ela destaca também que foi a única pessoa da família, entre pai, mãe e onze irmãos, que não se mudou para a cidade de Chapecó nos anos 1980, o que ilustra bem os reflexos sociais da modernização da agricultura.

Segundo Paim (2006), a mecanização agrícola aliada à ampliação das famílias com o casamento dos filhos, dificultou que a terra pudesse suprir a necessidade de todos; muitos migraram para o Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, mas boa parte da população do campo foi trabalhar como assalariada na cidade de Chapecó. Segundo o relatório “Chapecó em dados”, de 2015, 68% da população do município era rural no ano de 1960; em 1970 esse número caiu para 59% e em 1980 reduziu para apenas 34%, ou seja, em apenas duas décadas o município se urbanizou e metade da população rural deixou o campo.

Apesar das mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais que afetaram o campesinato no Oeste de Santa Catarina com a modernização agrícola, nos parece pertinente utilizar o conceito de Woortmann (1990) de campesinidade, definido como uma ordem moral distinta da ordem pregada pela modernidade e marcada pela interconexão de categorias como terra, trabalho e família. Duas características essenciais da campesinidade são o caráter familiar do trabalho e a posição superior do homem na hierarquia familiar.

Esses dois elementos mostram-se pertinentes para pensar a trajetória de organização política das mulheres camponesas do Oeste Catarinense. O casamento era visto muitas vezes co-

⁵ Em 2009 houve a fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, dando origem à BRF Brasil Foods S.A.

⁶ O aviário foi mantido na propriedade por mais de 30 anos e apenas há poucos anos a atividade foi abandonada devido ao investimento que seria necessário para a reforma do barracão e ao desinteresse do filho em prosseguir na atividade.

⁷ Os animais de raças da cor preta eram chamados porcos, os quais se distinguiam dos de cor branca, denominados suínos, sendo que os primeiros possuíam mais banha. A pesquisa e a indústria atuaram buscando reduzir os níveis de gordura desse tipo de carne, o que impunha a necessidade de substituição das raças. Vale destacar também que a banha dos animais era usada no preparo de alimentos e havia incentivo para a substituição do uso da banha pelo óleo vegetal, o que para os/as agricultores/as implicava na redução de sua autonomia e no aumento de custos.

mo uma forma das mulheres adquirirem “liberdade”, diante da autoridade representada pelo pai na família, o que na realidade não se efetivava, já que elas continuavam sob a “tutela” de um homem, agora o marido. Isso aliado ao questionamento do caráter familiar do trabalho, que na realidade não reconhecia e valorizava a atuação da mulher, alavancou o início da organização do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), nos anos 1980.

2. DE DOMÉSTICAS A TRABALHADORAS RURAIS: O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS

Nos anos 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas a setores progressistas da Igreja, vinculados à Teologia da Libertação, fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais do campo e da cidade. Numa região entre o Alto Uruguai gaúcho e o Oeste de Santa Catarina, surgiu nos anos 1980 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), influenciados pela atuação pastoral do bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes, que chegou à região em 1968 (Paim, 2006).

A organização sociopolítica que ocorreu na região está relacionada à oposição com relação à atuação dos sindicatos rurais, que haviam se proliferado durante os anos 1970. Segundo Medeiros (2010), diante da mobilização dos trabalhadores rurais que teve início nos anos 1950, o Estado regulamentou a sindicalização rural em 1962, e aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Em 1971, foi criado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que previa, além de outros benefícios, aposentadoria por velhice e por invalidez no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo para trabalhadores rurais com mais de 70 anos (Brumer, 2002). A regulamentação do FUNRURAL, em 1972, estimulou a criação de sindicatos rurais por todo país, já que era através deles que os camponeses acessavam estes benefícios.

Boni (2004) e Paim (2006) destacam que o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na região, em 1981, foi determinante para a articulação de uma chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapecó. Em decorrência da mínima participação das mulheres nesse processo de mobilização, afinal as únicas que podiam associar-se ao sindicato eram as viúvas, surgiu a proposta de sindicalização das mulheres. Com a vitória da chapa de oposição, em 1982, iniciou-se a campanha pela sindicalização da mulher (Boni, 2004). A possibilidade de elas participarem no sindicato rural a partir de então foi uma conquista importante. No entanto, o debate em torno das desigualdades entre homens e mulheres, suscitado pela campanha de sindicalização da mulher, e a percepção da existência de interesses específicos levou à busca pela constituição de uma organização formada exclusivamente por mulheres, que veio a ser o MMA.

No dia 01 de maio de 1983, em Nova Itaberaba, então distrito de Chapecó, realizou-se a primeira reunião, momento em que surgiram questões relacionadas à discriminação da mulher, igualdade de gênero e necessidade de organização (Paim; Gaspareto, 2007).

A iniciativa de se organizar de forma autônoma e discutir as desigualdades entre homens e mulheres colocava em questão a posição superior do homem na hierarquia familiar, afinal nesta época, segundo Pilar, era preciso pedir permissão do marido “para tudo”. Ela relembra as críticas que recebia quando era preciso viajar, devido ao envolvimento com a Pastoral da Saúde, por “deixar os filhos e a casa”, além de ter que usar o documento do marido, pois tinha apenas certidão de casamento e de nascimento dos filhos. Os debates nos grupos de refle-

xão das CEB de que “as mulheres também eram gente e também tinham seus direitos” favoreceram seu anseio por autonomia e conquista de direitos.

Para tanto, era preciso romper com a figura da “tutela”, afinal elas estavam sempre sujeitas a um homem: o pai, quando solteiras, e o marido, quando casadas. Apenas quando se tornavam viúvas adquiriam relativa independência, porém devido à ausência do marido. Como não eram vistas como trabalhadoras, mas sim como “do lar”, a primeira bandeira de luta das mulheres do MMA foi pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, pois, embora também trabalhassem na roça, estavam excluídas dos direitos trabalhistas, como relata Pilar:

A gente trabalhava muito na roça e não tinha direito a acidente de trabalho, se a gente se machucava quem tinha direito era o homem [...] A terra era minha, a escritura era minha e as notas eram só no nome dele porque a mulher era vista assim sempre como a doméstica”. (07 de julho de 2015, linha Faxinal dos Rosas, Chapecó).

Além da insatisfação com a ausência de direitos, este relato evidencia uma situação pouco usual entre as mulheres: a condição de proprietária da terra. Segundo Paulilo (2004), as mulheres possuem menor acesso à terra, já que a partilha da herança é desigual, sendo comum elas herdarem benfeitorias, como casa e pequenos animais e não terra. Quanto aos direitos, de acordo com Brumer (2002), se o próprio acesso dos trabalhadores rurais a eles ocorreu depois de outras categorias profissionais, “(...) a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de tudo, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais” (BRUMER, 2002: 52).

A categoria trabalho é, portanto, central para a compreensão dos mecanismos que levam à desigualdade de gênero. Ao analisar o trabalho agrícola em diferentes regiões e com diferentes culturas, Paulilo (1987) destaca que existe uma distinção entre trabalho leve e pesado, diferenciação que não se refere à natureza do trabalho, ou seja, “leve” não é sinônimo de trabalho brando, mas sim uma forma de desqualificá-lo. A distinção é estabelecida em função do sexo de quem trabalha: é leve quando realizado por mulheres (e crianças) e, quando é remunerado, possui rendimento mais baixo que o trabalho “pesado” realizado pelos homens. Se o trabalho realizado pelas mulheres nas atividades agrícolas é pouco valorizado, as atividades domésticas, quase sempre atribuições delas, sequer chegam a ser consideradas como trabalho, embora sejam determinantes para a reprodução/manutenção da família. A respeito da distinção entre as categorias “trabalho doméstico” e “trabalho produtivo”, Paulilo (2004) enfatiza que no caso das propriedades familiares é difícil realizar a separação entre o que é trabalho doméstico e o que é trabalho produtivo; na prática é doméstico se é atribuição da mulher. Além disso, há nessa distinção uma ênfase no aspecto econômico do trabalho, negligenciando a importância da esfera reprodutiva.

Como aponta Federici (2017), esta desvalorização das tarefas reprodutivas está associada ao rebaixamento social das mulheres europeias a partir do século XVI, no qual se insere a “caça às Bruxas”, e que foi fundamental no processo de acumulação primitiva que gestou o capitalismo, visto que este processo se deu concomitante aos cercamentos das terras dos camponeses. Este processo foi acompanhado da “redução das mulheres a não trabalhadoras”, seguindo a suposição de que não deviam trabalhar fora de casa e que tinham que participar na “produção” apenas para ajudar seus maridos. Logo, todo trabalho delas feito em casa, mesmo destinado ao mercado, era “doméstico” (Ibid, p.182).

A compreensão das construções sociais sobre a definição de trabalho sinaliza que são os valores morais que colocam as mulheres em posição submissa e inferior aos homens e que de-

terminam que seu trabalho não seja valorizado. Se as desigualdades de gênero refletem os valores morais da sociedade, até o próprio significado de ser mulher, associado a ser esposa e mãe, passava a ser questionado. Isto aparece no relato de uma das lideranças que achava que não podia participar do MMA por não ser casada. Foi somente quando lhe disseram que “a mulher quando nasce mulher já é mulher” que se sentiu impulsionada a participar.

Integrar um movimento de mulheres representava um primeiro enfrentamento dos valores morais que pesavam sobre elas, o que não significa que esse confronto era realizado de maneira radical, pois era preciso certa negociação a fim de obter o apoio de suas famílias, inclusive dos maridos. Dentre as estratégias utilizadas para garantir a participação no MMA, destaca-se certo distanciamento dos que criticavam e não apoiavam a ampliação dos espaços de circulação das mulheres, sejam familiares e/ou vizinhança. Além disso, a capacidade de diálogo com os companheiros era fundamental, com ênfase na importância da organização das mulheres como um elemento de defesa da classe trabalhadora rural como um todo. Assim, embora organizadas de forma autônoma, a “unidade” da classe trabalhadora rural é central e desde o começo do MMA as relações entre gênero e classe aparecem interligadas, sem sobreposição nem antagonismo de uma em relação à outra.

Ainda no que concerne ao apoio da família nesse processo de organização, é preciso destacar o papel de filhas, já que, a depender da idade, já podiam ajudar e mesmo assumir as funções da casa na ausência da mãe, indicando que no espaço doméstico elas continuavam a reproduzir o papel social tradicional, relegando à prole de sexo feminino as tarefas domésticas.

2.1 Eleições e Constituinte: a deputada das trabalhadoras rurais

Na mobilização e busca por direitos, a conquista de espaços políticos pelas mulheres foi central, como a eleição de Luci Choinaski para deputada estadual pelo PT de Santa Catarina em 1986, primeira agricultora na Assembleia Legislativa catarinense. Sua campanha buscava romper com o preconceito e encorajar outras mulheres agricultoras a assumirem instâncias políticas, sendo a vitória atribuída à objetividade política, que souberam contornar o preconceito existente sobre mulheres na política. “Passávamos de casa em casa e, em algumas, os maridos diziam para as mulheres: ‘Mas não pode votar em mulher’. E nós dizíamos umas nos ouvidos das outras: ‘Não precisa contar em quem você votou’ (Choinaski, 2000, p. 232).

Em 1986, foi realizada também uma campanha para a aposentadoria da mulher agricultora. Segundo Paim e Gaspareto (2007), houve no dia 12 de agosto de 1986, em Xanxerê, um ato com a participação de 1.500 mulheres, provenientes de 73 municípios do estado, quando foram recolhidas 100.000 assinaturas, que seriam entregues ao governo por uma comissão formada por 36 mulheres. O relato da experiência de Nalva, uma das lideranças do MMA que participou dessa comissão, evidencia o valor simbólico deste momento, o qual ilustra um capítulo da história de sua vida e da do movimento. Segundo ela, que na época tinha aproximadamente 25 anos e nunca havia saído do município de Chapecó, foi necessário ir a Florianópolis pedir um ônibus para o governador do estado para a viagem até Brasília, onde as assinaturas da campanha seriam entregues. A viagem à Florianópolis foi realizada juntamente com outra companheira do MMA e um representante do STR do município de Águas de Chapecó, que assim como os STRs de São Miguel do Oeste e de Chapecó deram apoio fundamental para o MMA em seu início.

Ao mostrar as fotos da delegação, ela lembrou que a viagem à Brasília foi realizada em conjunto com um grupo de mulheres do Rio Grande do Sul. No entanto, esta primeira delegação, que foi à Brasília em 1986, não teve êxito, pois para garantir o direito à previdência

social era indispensável comprovar que as mulheres exerciam atividade profissional. A partir de 1987, a deputada Luci Choinaski começou a encaminhar uma lei estadual que previa a inclusão do nome das mulheres nas notas do bloco do produtor, já utilizadas pelos homens para comprovar atividade laboral.

Em 1988, uma nova delegação foi à Brasília, com assinaturas em defesa do direito à aposentadoria de trabalhadoras e trabalhadores rurais, na condição de seguradas/os especiais. Esta mobilização das trabalhadoras rurais brasileiras, nos anos 1980, ocorreu no contexto de abertura política e dos debates em torno da elaboração da nova Constituição. Souza (2008) destaca que uma das particularidades desse processo foi a “bancada feminina” que atuou durante a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de sua heterogeneidade, ela logrou garantir às mulheres o direito à igualdade perante a lei na Carta de 1988. Ou seja, é provável que este contexto político que unificou diversos movimentos de mulheres contribuiu para que as rurais emplasassem algumas de suas demandas específicas.

Esta mobilização resultou na conquista de acesso à terra para as mulheres e à previdência social para trabalhadoras e trabalhadores rurais na condição de seguradas/os especiais (Siliprandi, 2009). As mulheres conquistaram o direito à aposentadoria aos 55 anos, enquanto os homens passaram a se aposentar aos 60 anos. A concessão do salário maternidade às trabalhadoras rurais foi vetada durante a regulamentação da lei da previdência em 1990, pelo então Presidente Fernando Collor (Brumer, 2002), demonstrando que a conquista de direitos não garante sua efetivação. A oposição ao projeto do “salário-maternidade” alegava que este faria com que as mulheres tivessem mais filhos para poder acessar o benefício, além de ampliar gastos e aumento de impostos. De qualquer modo, o salário maternidade acabou aprovado após intensa pressão e mobilização dos movimentos de mulheres (Choinaski, 2000), em agosto de 1993, sendo regulamentado um ano depois (Brumer, 2002), na janela de oportunidades que se abriu com o Impeachment de Collor.

Outro obstáculo que surgiu para a efetivação dos direitos à seguridade social das mulheres agricultoras foi a ausência de documentação dessas, conforme aponta Nalva, que fazia parte do STR de Chapecó quando a aposentadoria foi liberada, no ano de 1993. Sem documentos próprios, a mulher não é reconhecida como trabalhadora rural e não consegue acessar políticas públicas, fato que suscitou, em 1994, a realização da Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”. Dez anos depois, foi criado, em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), no âmbito do extinto⁸ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), evidenciando que “como a história do movimento organizado de mulheres mostra, sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel” (Heredia; Cintrão, 2006, p. 21).

3. O PROJETO DE AGRICULTURA CAMPONESA E FEMINISTA

Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), integrada por mulheres de movimentos mistos, como MST, MAB, Pastoral da Juventude Rural (PJR), sindicatos, e movimentos autônomos (Heredia; Cintrão, 2006), como o MMA. A ANMTR precede a fundação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ocorrida em 2004, o qual reúne mulheres agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas.

⁸O presidente Michel Temer, na época interino, emitiu a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que extinguiu diversas Secretarias e Ministérios, dentre eles o MDA.

Ao que nos parece, a trajetória do MMA foi determinante para a consolidação da AN-MTR e do MMC, já que o MMA foi um dos primeiros movimentos de mulheres rurais no Brasil, o que talvez explique a forte estruturação do MMC em Santa Catarina em comparação com outros estados. Suas lideranças costumam referir-se à história do movimento de mulheres no estado de forma unitária, não demarcando divisão entre “tempos” de MMA e de MMC, embora tenha havido mudanças significativas como a queda no número de participação de mulheres de MMA para MMC/SC. Esse fato pode estar relacionado à conquista do reconhecimento profissional e dos direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade, as principais demandas das mulheres quando do surgimento do MMA.

A afirmação da identidade política camponesa, decorrente da criação do MMC, está relacionada ao fortalecimento das organizações camponesas no Brasil e no mundo entre o final do século XX e início do século XXI, sendo central nesse processo a criação da Via Campesina, do qual o MMC faz parte. Segundo Desmarais (2013), a Via Campesina é um movimento transnacional que surgiu em 1993, em Mons, na Bélgica, com o objetivo de construir um modelo de agricultura com base na soberania alimentar, ou seja, em que seja possível decidir sobre o que comer, como e em que escala a produção de alimentos deve ser feita.

No Brasil, o conceito de camponês busca espaço diante da expansão da categoria “agricultura familiar” (Paim; Gaspareto, 2007) a partir dos anos 1990. A noção de campesinato se opõe ao modelo dominante de agricultura moderna, porém é importante não tratar essas categorias do ponto de vista evolucionista, do tradicional (camponês) ao moderno (agricultor familiar), nem focar nas continuidades entre cada uma delas, mas considerar simultaneamente pontos de ruptura e permanência entre estas categorias (Wanderley, 2003). Para Carneiro (1998), é fundamental:

Não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (Carneiro, 1998, p. 55).

O projeto de agricultura camponesa e feminista do MMC/SC evidencia alguns pontos de ruptura e de permanência com o campesinato. Por um lado, há uma preocupação em fomentar e valorizar os conhecimentos tradicionais associados à agricultura camponesa, em virtude das mudanças decorrentes da expansão do modelo de agricultura moderna que a ameaçam. Por outro, a maioria destas agricultoras passaram a maior parte de sua vida profissional tendo como atividade principal da propriedade familiar a integração de sua produção de suínos e aves a agroindústrias como a Sadia e a Perdigão, cujas sedes eram justamente em Santa Catarina.

A busca pela preservação de saberes e práticas ligadas à “herança cabocla” entre as mulheres camponesas da Linha Faxinal dos Rosa, por exemplo, é visível e está presente na valorização de alimentos⁹ e no uso de plantas medicinais, incluindo também aspectos ligados à religiosidade, como a devoção aos santos, especialmente São João. Segundo Renk (2008), houve nas últimas décadas um “retorno” de alguns elementos vinculados ao catolicismo popular, mo-

⁹Um alimento bastante presente na culinária cabocla é a couve, cujo consumo está ligado à história/memória da Guerra do Contestado. O monge João Maria, um dos líderes do conflito, considerava a couve um alimento sagrado devido ao seu elevado valor nutricional e facilidade de cultivo, tornando-a um alimento importante durante o conflito. Segundo umas das coordenadoras do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Hortaliças, a importância do cultivo da couve pôde ser observada durante o Encontro Estadual do MMC/SC, realizado em 2003. Nesse encontro, foram apresentadas mais de trinta variedades de couve na região de Curitiba, localidade marcada pela Guerra do Contestado e cuja maioria da população é de origem cabocla.

tivado pelo surgimento de mediadores como a Pastoral Cabocla e a Associação Puxirão Caboclo, dentre outros, fazendo ressurgir festas religiosas caboclas, como a de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de São Roque e São João, este último considerado o santo dos caboclos.

Ações em torno do resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas e do uso de plantas medicinais são elementos essenciais do projeto de valorização da agricultura camponesa que vem sendo realizado pelo MMC/SC. Essas ações visam contribuir para a garantia da soberania alimentar das famílias, além de fomentar a autonomia econômica das mulheres, por meio da comercialização de alimentos, plantas, sementes e remédios. Aqui se apresenta um distanciamento do campesinato “tradicional”, pois não basta a estruturação de um projeto de agricultura camponesa; é preciso construir um campesinato feminista que busque enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres no campo e na sociedade de forma geral.

“As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (Sarti, 2004, p. 44). A valorização dos símbolos ligados ao campo e ao trabalho da mulher pelo MMC/SC busca romper com as relações de opressão e discriminação vivenciadas pelas mulheres na sociedade, ainda mais as camponesas, que são discriminadas duplamente, por serem mulheres e de origem rural. Destacam-se também o resgate e a construção da memória de mulheres lutadoras, como a de Francisca Pelega, conhecida como Chica Pelega, que foi uma liderança feminina do Contestado, conforme Savoldi et. al. (2013) aponta.

O tema do feminismo passou a ser discutido de forma mais ampla e direta no MMC/SC, sobretudo, a partir de 2004, embora este fosse um dos princípios do movimento desde o seu início (na época MMA), como afirma uma das poucas lideranças jovens¹⁰, Beatriz, que é filha de uma das fundadoras do MMC:

Foi muito bonito esse processo. Eu acho que a gente deu tempo ao tempo e foi construindo de forma coletiva. Delas [as mulheres da base] entender o feminismo não como a mulher se sobrepor aos homens, que sempre teve essa ideia, “não, as mulheres querem tomar o espaço dos homens”. Não, a gente não quer tomar o espaço do homem, a gente não quer ser igual aos homens. A gente quer ter os mesmos direitos, mas respeitando as nossas diferenças. Então, essa construção, pra falar pode ser muito fácil, mas você construir no dia a dia, no cotidiano, ela é muito dolorosa pras mulheres. Então, por isso também eu acho que não foi como uma primeira bandeira de luta, aos poucos a gente foi mostrando. E hoje, que passam 30 anos de história do movimento, a gente conseguiu demonstrar na prática o que é o feminismo que nós defendemos. Não precisou a gente ficar dizendo: “nós somos feministas, nós somos feministas, nós somos feministas”. Então foi meio pelo trabalho que foi feito, pela construção que se teve que hoje a gente consegue dizer que tudo isso é feminismo. (27 de julho de 2015, linha Faxinal dos Rosas, Chapecó).

É interessante esta observação, porque uma das inovações que podem ser creditadas aos movimentos camponeses brasileiros é a instituição das “cirandas”, espécie de creches autogeridas pelas integrantes dos movimentos sociais para que seus filhos possam ser cuidados enquanto participam de reuniões, cursos e mobilizações políticas. A iniciativa das cirandas se deve à atuação de lideranças femininas não só de movimentos de mulheres, como de movimentos mistos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, confor-

¹⁰Hoje o MMC/SC é composto em sua maioria por mulheres aposentadas e/ou idosas. A questão financeira facilita que as aposentadas possam participar e se dedicar mais à organização, já que possuem um salário garantido. As jovens, que garantiriam sua renovação, estão às voltas com a necessidade de garantir trabalho e renda.

me as lideranças jovens foram tornando-se mães e percebendo que, “diferente” dos homens, tinham dificuldade de participar das reuniões e mobilizações sem levar os filhos, foram construindo uma solução coletiva.

Outro aspecto associado a 2004, ano de formação do MMC, foi o crescimento dos debates em torno da agroecologia, que se propõe a ser um novo paradigma, com vistas a apoiar mudanças no modelo de produção convencional para estilos de agriculturas de base ecológica (Caporal; Costabeber, 2004). É fundamental neste processo a mudança de valores e atitudes dos atores sociais envolvidos no manejo e na conservação dos recursos naturais, o que implica em fortalecer a autonomia dos/as agricultores/as e a busca por garantir a soberania alimentar da família, valorizando a produção de alimentos dos quintais, em geral, sob responsabilidade das mulheres. Conforme Siliprandi (2009), as mulheres são sujeitos políticos importantes dentro dos movimentos agroecológicos, e vêm reivindicando o seu reconhecimento para a construção, desenvolvimento e ampliação destas experiências pelo país.

Nesse sentido, as agricultoras do MMC/SC foram construindo novas representações que “feminilizam” a atividade agrícola, como o uso do termo “berço”, ao invés de “cova”, usado pelas ciências agrárias para se referir ao local onde se semeia. Para elas, cova é uma palavra que “agride”, pois faz referência à morte, enquanto berço descreve melhor o lugar da sementeira, que é onde a vida brota e se desenvolve.

Esta valorização da relação simbólica estabelecida entre mulheres e natureza, ressaltadas em analogias entre útero e terra, bebês e sementes está presente em várias mitologias, como a grega com o mito de Deméter e Perséfone. Tais comparações buscam enfatizar o potencial de criação da vida e dos seus ciclos, indicando que os valores que orientam esse feminismo camponês estão ligados ao cotidiano e às práticas relacionadas ao trabalho da mulher camponesa. De acordo com Paulilo e Silva (2007):

Para as militantes do MMC, acreditar na relação entre mulher e vida é algo que lhes dá motivação e legitimidade para lutarem por melhores condições de alimentação e saúde, tanto da humanidade quanto da terra. [...] O que está claro nas formas de luta do MMC é que, independentemente dos valores últimos que lhe dão suporte, é o cotidiano que lhe serve de base e estímulo (PAULILO & SILVA, 2007: 402, grifo nosso).

Nesse sentido, é possível perceber que o cuidado é uma categoria central para analisar a atuação das mulheres do MMC/SC. Fraser (2017) destaca a importância de uma perspectiva feminista que valorize o cuidado e a interdependência, ao invés do crescimento individual e da meritocracia difundidos pelo capitalismo. Para ela, o feminismo não pode perder de vista a valorização das atividades não-assalariadas, incluídas aí o cuidado, especialidade da mulher na divisão sexual do trabalho. Mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda do feminismo contribuíram para a legitimação da ascensão do neoliberalismo, como a crítica ao salário familiar e ao Estado androcêntrico, servindo para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo flexível, que se apoiam em trabalhos precarizados muitos dos quais desempenhados pela mulher, ao mesmo tempo em que diminuiu a legitimidade da atuação estatal. É necessário religar o feminismo à crítica do capitalismo, além de incluir em sua crítica ao androcentrismo a valorização de atividades desmercantilizadas, como o trabalho de cuidar (Fraser, 2009).

Para Boff (2005), o cuidado possui caráter ontológico; é um “modo-de-ser” singular aos seres humanos, em que há um deslocamento de atenção e solicitude para com o/a outro/a. No entanto, as atividades relacionadas ao cuidado apresentam-se como atributo quase ineren-

te à atuação das mulheres na sociedade; “em termos gerais, podemos conceber o cuidado como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social” (Batthyány, 2009: 94). Embora as atividades relacionadas à reprodução biológica e social desempenhadas pelas mulheres sejam decisivas para a família, seu trabalho permanece subordinado às atividades produtivas, que são reconhecidas social e economicamente (Bourdieu, 2014).

Federici (2017) dá uma contribuição importante para se compreender o processo de subalternização das atividades femininas. Ela demonstra que um aspecto importante não percebido por Marx na fase de “acumulação primitiva” do capitalismo foi o rebaixamento social das mulheres, processo que começou em finais do século XV e se aprofundou nos séculos XVI e XVII, marcados pela “caça as bruxas” e a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação. Este massacre que se abateu sobre todo continente europeu e mesmo americano, tinha por alvo as mulheres que trabalhavam com ervas, medicamentos ou unguentos, geralmente mais velhas e empobrecidas pela perda das terras comunais. Este terror que tomou conta da Europa, justamente na transição do feudalismo para o capitalismo, debilitou “a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado”, cujas comunidades estavam começando a se desintegrar sob “o impacto combinado da privatização da terra, do aumento de impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social” (Ibid, 2017: 294).

Estima-se que a caça às Bruxas levou a julgamento e tortura cerca de 200 mil mulheres, das quais pelo menos 100 mil foram assassinadas (Barstow apud Federici, 2017, p. 293). Este processo contribuiu para o confinamento das mulheres “ao lar”, ou seja, ao trabalho doméstico e reprodutivo, tornando-a dependente da renda obtida pelo marido e promovendo a concomitante desvalorização a tudo que fosse associado a tarefas femininas. Ele se deu junto à centralização do poder e estruturação de Estados-Nações que começaram a valorizar o crescimento populacional, por prover mão-de-obra disponível e barata para os “negócios”, relegando às mulheres o papel reprodutivo.

Hoje, com o envelhecimento das sociedades e a crescente importância das doenças crônicas, há a necessidade de incorporar o cuidado na agenda de políticas públicas e promovê-lo como responsabilidade social e coletiva e não como um problema individual¹¹ (Batthyány, 2009). Além disso, é necessário romper com visões de que cuidado é “coisa de mulher” e que sensibilidade é um atributo “feminino”. Homens também podem se tornar sensíveis desde que não sejam reprimidos por isso, afinal, como Bourdieu (2014) destaca, não são apenas as mulheres as vítimas¹² da “violência simbólica” oculta na dominação masculina, os homens também o são, já que são socializados a construir uma virilidade que deve governá-lo sempre.

Mas o cuidado não se restringe apenas às relações entre as pessoas; uma visão ampla sobre o cuidado engloba tanto o cuidado à saúde individual como as interações entre seres humanos e natureza. Na experiência do MMC/SC, destaca-se a atenção dada à natureza, que se expressa pela incorporação da perspectiva agroecológica, na busca pela conservação da biodiversidade e na defesa da vida, de forma geral. Nesse caso, “o cuidado não se opõe ao trabalho, mas lhe confere uma modalidade diferente, por não encarar a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito” (Boff, 2005, p. 31), visão que retoma o raciocínio “mágico” que permeava as relações homem natureza, - antes da bru-

¹¹O mercado vem aproveitando dessa ausência do Estado nas políticas sociais voltadas ao cuidado, sobretudo, de idosos, como é possível perceber com o surgimento de empresas especializadas na prestação de serviços na área. Cursos de profissionalização de “cuidador de idosos” vêm ganhando cada vez mais espaço.

¹²O uso que o autor faz do termo “vítima” em sua análise sobre a dominação masculina é atribuído a homens e mulheres. Resaltamos a necessidade de entender o termo de uma perspectiva dialógica e fugir das dualidades passivo/ativo, pois ser vítima é também se tornar potencialmente sujeito.

tal separação entre corpo e espírito promovida pelo iluminismo europeu, mas que ainda permanece norteando o modo de vida das populações indígenas e tradicionais da América Latina.

No entanto, essa visão de conciliar o trabalho com a preservação da natureza possui um longo caminho a percorrer a fim de que se torne predominante no campesinato do Oeste Catarinense. Segundo Nara, para a maioria dos agricultores de sua localidade, em Palmitos, há uma percepção restrita sobre o trabalho, em que este se coloca de forma antagônica ao cuidado: “preservação não é trabalho, é coisa de gente preguiçosa; aviário, vaca, suínos é trabalho”, desabafa. Em um ambiente marcado por uma agricultura familiar integrada ao mercado, a economia moral burguesa é dominante, e, portanto, o valor do que é trabalho está vinculado ao mercado.

Essa visão predominante de trabalho deve-se ao fato deste ter passado de uma interação com a natureza à intervenção nesta, na busca em dominá-la de forma a atender aos interesses do homem, em que o cuidado, conforme Boff (2005) assinala, “foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia” (Boff, 2005, p. 32).

Romper com essa visão e valorizar o cuidado como dimensão fundamental da vida é um dos desafios a serem enfrentados pelo MMC/SC e por outros movimentos feministas. A partir do cuidado, na visão delas, é possível enxergar os seres humanos como parte da natureza, da qual a sua vida depende, bem como construir relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória das lideranças do MMC no Oeste de Santa Catarina, evidenciamos alguns reflexos da modernização do campo do campesinato que se formou nessa região, como a introdução de novos processos e relações de trabalho na agricultura, além da mudança nos padrões de alimentação das famílias, decorrentes da industrialização. Nos anos 1980, no contexto de redemocratização do país e do surgimento de diversos movimentos sociais rurais na região, as mulheres aparecem como novos sujeitos políticos. A partir da campanha da sindicalização da mulher, promovida pelo STR de Chapecó, as mulheres vislumbraram a constituição do MMA, em 1983, como possibilidade de obterem o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e terem acesso a direitos como a previdência social, articulando um feminismo distinto do das mulheres urbanas.

Com a criação do MMC, em 2004, as mulheres consolidam uma identidade política que prioriza a construção de um projeto de agricultura camponesa e feminista. Ações de resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas, promoção e o uso de plantas medicinais são alguns elementos que compõem este projeto. Há ainda uma valorização da relação simbólica estabelecida entre mulheres e natureza e a busca em ampliar e fortalecer as experiências em torno dos princípios da agroecologia, mostrando que trabalho e cuidado com a natureza podem se conciliar. O cuidado pode também orientar a consolidação de novas relações entre homens e mulheres, mais igualitárias, em que elas possam ser valorizadas pelo que são e também pelo que fazem.

REFERÊNCIAS

- BATTHYÁNY, K. Cuidado de personas dependientes y género. In: AGUIRRE, R. Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay. Montevideo: UNIFEM, 2009. p. 87-124.
- BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, out./mar, 2005, pp. 28-35.
- BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), janeiro-abril, 2004, pp. 289-302.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2014.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun. 2002, p. 50-81.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: Alguns Conceitos e Princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n° 11, 1998, pp. 53-75.
- CHAPECÓ. Chapecó em dados. Relatório de 2015. Disponível em: <http://goo.gl/POhGR>. Acesso em: 11/05/2016
- CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A., FARIA, N., GODINHO, T. (org.) *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DESMARAI, A. A. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, (Vozes do campo), 2013, p. 1-103.
- FEDERICI, S. *Caliban e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul./Dez. 2009.
- FRASER, N. Três ciladas para o Feminismo. *Outras mídias*. 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2rHPG5>. Acesso em: 08/03/2017.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA, Presidente Prudente*, Ano 9, n. 8, Jan./Jun. 2006, pp. 1-28.
- MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária. In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 113-136.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. *Saeculum. Revista de História* [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006, pp. 121-138.
- PAIM, E. A.; GASPARETO, S. A. K. Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina. *Cadernos do CEOM, Chapecó*, Ano 20, n. 27, 2007, pp. 211-255.
- PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n° 28/1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), 2004, pp. 229-252.
- PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2), maio-agosto, 2007, pp. 399-417.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM, Chapecó*, Ano 19, n. 23, 2006, pp. 149-187.

- RENK, A. Catolicismo popular e etnicidade no Oeste Catarinense. *Revista Grifos*, Chapecó, nº 25, 2008, pp. 59-70.
- ROSSETTO, S. Síntese Histórica da Região Oeste. *Cadernos do CEOM*, v. 1, n. 1 (1986), reeditado no v. 4 (1989), pp. 7-15
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2), pp. 35-50, maio-agosto/2004.
- SAVOLDI, A.; GEROLDI, J.; RENK, A. Presença da “luta” com Chica Pelega: Narrativas caboclas nas experiências cotidianas. In: *Fazendo Gênero*, 9, Florianópolis, *Anais Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, 2010.
- SILIPRANDI, E. C. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília, 2009, 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2009.
- SOUZA, M. F. B. A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988. In: *Volume I - Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. Os Alicerces da Redemocratização*. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/OMDLmp>. Acesso em: 11/11/2015.
- VICENZI, R. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, Ano 19, n. 25, 2006, pp. 301-318.
- WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.
- WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”: O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*, 1987. Brasília, 1990, pp. 11-73.